

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	11
5.3 - Descrição - Controles Internos	15
5.4 - Programa de Integridade	18
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	46
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2016 que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos no Grupo e suas controladas.

A Política Geral de Gestão de Risco é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia, complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de risco para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração: Política de Risco de Mercado de Energia, Política de Risco de Crédito, Política de Riscos Financeiros, Política de Seguros, Política de Risco de Compras, Política de Riscos Operacionais de Transações de Mercado, Política de Investimentos, Política de Risco para o negócio Liberalizado, Política de Risco para o negócio de Renováveis, Política de Risco para o negócio de Redes, Política de TI, Política de Cibersegurança e Política de Risco Reputacional.

Em 2018 e todos os anos, as políticas são periodicamente revisadas, tendo seus limites e referências atualizadas e posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração. Até a publicação deste Formulário de Referência a revisão das Políticas de Riscos e seus respectivos limites e indicadores foram aprovados para o ano de 2019.

b. Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as políticas corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específico, conforme descrito a seguir.

- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão financeira e de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, avaliação de hedges naturais, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece ainda regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.
- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, falta de lastro e risco hidrológico.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Política de Risco Operacional em Transações de Mercado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos operacionais de todas as transações de mercado de curto e longo prazo de gestão de energia e de tesouraria do grupo Neoenergia, que possam gerar prejuízos econômicos diretos ou indiretos resultantes de procedimentos internos inadequados, falhas tecnológicas, eventos externos ou internos, erro humano ou fraude em operações de mercado.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do grupo contra os seus riscos operacionais, de construção e de responsabilidade civil.
- Política de Investimentos: estabelece os princípios, análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados dos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de Tecnologia da Informação (TI): define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação e os riscos associados, impulsionando a criação de valor através de um uso efetivo e inovador das tecnologias de informação e a satisfação dos usuários internos e externos com o nível de compromisso e os serviços proporcionados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso suficiente dos recursos.
- Política de Riscos de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da Ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- Política de Risco Reputacional: A Política de Risco Reputacional estabelece os princípios e o marco para gestão das oportunidades para comportamentos favoráveis e gestão do risco de reputação, que faz parte do ciclo de criação de valor do grupo Neoenergia.
- Políticas de Compras: estabelece o controle e gestão dos riscos de mercado, crédito, negócio, regulatório, operacional, reputacional, penal e cibersegurança das atividades de compra de materiais, equipamentos e contratação de obras e serviços em todo o Grupo, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos do Grupo Neoenergia e seus fornecedores. Além disso, estabelece a coordenação das compras das empresas de forma global, respeitando os padrões utilizados, com o objetivo de obter melhores condições de compra por meio da utilização de ferramentas, dos recursos necessários e de estrutura. Adicionalmente, atribui claramente às responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, de acordo com a quantidade, valor e natureza das compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- Política de Risco do Negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço, operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.

(i). Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Negócio: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.
- Mercado: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- Crédito: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou 'não performance'.
- Governança: Perseguir o atingimento dos objetivos corporativos e a maximização, de forma sustentável, de seu valor econômico no longo prazo, em conformidade com seu interesse corporativo, sua cultura e visão corporativa, levando em conta o interesse legítimo, público ou privado, que permeia todas as atividades de negócio, particularmente entre os diferentes grupos de interesse como as comunidades e territórios onde atua a Companhia e sua força de trabalho. Para tanto, é imprescindível o cumprimento de um sistema de governança corporativa, integrando os Estatutos Sociais, propósito e valores do grupo Neoenergia, o Código de Ética, Políticas Corporativas e as normas de governança corporativa, aprovados pelos órgãos competentes das companhias, e alinhado às melhores práticas de mercado para governança.
- Regulatórios e políticos: Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos.
- Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais: Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.
- Reputacionais: Potencial impacto negativo devido à conduta, comportamento e posicionamento em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos e, ainda o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos.

(ii). Instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos, encaminhado para apreciação da Diretoria.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, o Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, responsável por gerir um programa de integridade e estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Código de Ética: O Código de Ética é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e fornecedores. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. O Código de Ética aborda riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas à oferta e ao recebimento de favores e presentes, relacionamento com entes públicos, repúdio à corrupção, situações de conflito de interesses, assédio, confidencialidade das informações, proteção de recursos, segurança e saúde do trabalho, entre outros. O documento está disponível no website e na intranet da Companhia;
- Código de Conduta Ética para fornecedores: O Código de Conduta Ética para Fornecedores, descreve as expectativas da Companhia em relação aos seus fornecedores. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a Companhia, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições. O Código de Conduta Ética para Fornecedores contém regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, repúdio à corrupção, brindes e presentes, confidencialidade das informações, doações, trabalho escravo e infantil, meio ambiente, entre outros;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Política Anticorrupção: A Política Anticorrupção aplica-se a todos os profissionais da Companhia, e tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento frente a situações que possam envolver ou caracterizar corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro, de maneira a demonstrar o compromisso da Companhia e de sua administração no combate à corrupção e a outros atos ilícitos;
- Política de Recebimento e Entrega de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens: Esta política tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais do grupo da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;
- Política de Doações e Patrocínios: Esta política objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;
- Norma de Orientação do Uso, Controle e Segurança da Informação: Esta norma tem por objetivo estabelecer critérios para uso, controle e proteção da informação e dos ativos de informação do Grupo Neoenergia, preservando suas propriedades e possibilitando a continuidade competitiva do negócio. Cabe a todos os profissionais e a qualquer pessoa ou organização que tenha acesso às informações e aos ativos de informação do Grupo Neoenergia conhecer e cumprir as disposições da norma;
- Norma de Relacionamento com o Poder Público: Esta norma tem como objetivo orientar e disciplinar as atividades da Companhia, bem como seus respectivos colaboradores e representantes, no relacionamento com entes ou agentes públicos;
- Norma de Gestão de Risco de Compliance: Esta norma tem por objetivo disciplinar o processo de gestão de riscos de compliance no Grupo NEOENERGIA, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa está exposta.
- Canal de Denúncia anônimo e independente: A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Deloitte), que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo da Companhia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às Políticas de Integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação e aplicação de medidas disciplinares: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta desenvolvida para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Comitês de Ética: Subordinados à Superintendência de Compliance, têm por objetivo zelar para o cumprimento dos valores e princípios do Código de Ética, contribuir com a disseminação de uma cultura de integridade entre todos os profissionais do grupo da Companhia, investigar casos de violação e esclarecer dúvidas dos profissionais com relação às

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretrizes do Código de Ética, auxiliando em sua interpretação e incentivando e divulgando medidas preventivas buscando evitar desvios de conduta;

- Avaliação periódica de riscos de corrupção: A partir de 2016, a Companhia conduziu uma série de atividades com o objetivo de realizar um levantamento de riscos de corrupção e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade. Em 2017, o mapeamento de risco foi conduzido com o objetivo de construir os mapas de riscos e adotar ações complementares de mitigação ou eliminação dos riscos considerados relevantes. O levantamento de riscos de compliance é de responsabilidade da Superintendência de Compliance da Neoenergia e, até o momento, não foram identificadas quaisquer não conformidades;
- Treinamento para liderança e colaboradores: A Companhia oferece treinamentos periódicos e de comunicação contínua relacionados à ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presencial e à distância (curso online), conforme detalhado abaixo. Os treinamentos são oferecidos na forma presencial ou à distância (online), sendo alguns deles obrigatórios (e.g. treinamento de compliance e treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores);
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de Questionário de Integridade, pesquisas em fontes públicas, e avaliação de risco de fornecedores considerados críticos. A avaliação de fornecedores críticos ocorre nos casos de: (i) identificação de restrição no Portal da Transparência (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, Cadastro Nacional de Empresas Punidas e Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas); (ii) existência de investigação conduzida por autoridade administrativa ou judicial. Nesses casos, observa-se o disposto no item 3.4.5 da Política Anticorrupção da Companhia, que prevê níveis específicos de seleção e monitoramento destes fornecedores (tais como justificativa para a contratação, formalização de contratos detalhados e por tempo determinado, acompanhamento e monitoramento tempestivo da prestação do serviço junto ao fornecedor durante a vigência do contrato, análise das áreas de compliance e jurídico nos casos de fornecedores com histórico de descumprimento da legislação anticorrupção). Além disso, a Companhia está discutindo um novo modelo de classificação de risco para fornecedores mais rigoroso que levará em consideração os seguintes fatores: (i) nível de relacionamento com o poder público; (ii) valor da contratação; (iii) forma de remuneração; (iv) tipo de empresa/serviço; e (v) existência de condições específicas (e.g. pessoas politicamente expostas, processos de investigação, graus de parentesco com empregados da Companhia). Tais fatores ponderados determinarão o nível de profundidade de due diligence prévia, antes da coleta de preços.

Em relação ao treinamento referente à ética e integridade para liderança e colaboradores, o Grupo Neoenergia realizou 18 turmas de treinamentos presenciais para os líderes, totalizando 542 participações. Através do canal líder-equipe 3.135 colaboradores receberam o repasse do treinamento através de seus líderes. Também em 2018 foi realizado treinamento específico para a área técnica e operacional, totalizando 1.157 funcionários treinados. Além disso, mais de 3.424 colaboradores receberam treinamento sobre ética e legislação anticorrupção no período de integração de novos colaboradores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

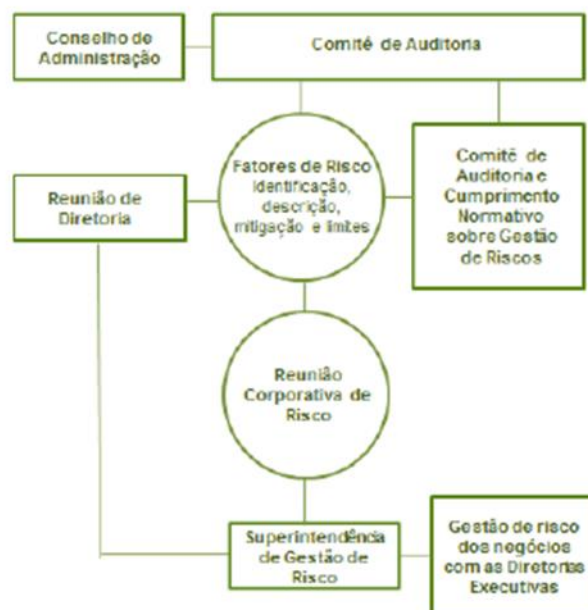
Em março de 2017, foi lançada uma ferramenta online, disponível na intranet, para conhecimento e registro dos aceites do Código de Ética e política de integridade. Até dezembro de 2018 foram registrados 9.939 aceites, o que equivale a 89% dos colaboradores ativos no fechamento do ano.

Vale destacar que em 2018, o Canal de Denúncias da Companhia, recebeu 741 relatos. Nenhum dos relatos recebidos, contudo, apontou condutas que, ainda que potencialmente, violassem: i) a Lei nº 12.846/2013 – Lei da Empresa Limpa; ii) Lei nº 9.613/1998 – Lei de Lavagem de Dinheiro; iii) Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa; ou iv) Lei nº 13.260/2016 – Lei de Combate ao Terrorismo ou o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). O tratamento dos relatos considerados como procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de medidas disciplinares, conforme cada caso.

Por fim, a Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

(iii). Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:



- **Conselho de Administração:** responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- **Comitê de Auditoria:** responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Reunião de Diretoria: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.
- Reunião Corporativa de Risco: fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- Superintendência de Gestão de Risco Corporativo: responsável pela elaboração, coordenação e implantação das Políticas de gestão de riscos; pela elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela definição, acompanhamento e controle dos indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; pela definição e avaliação do risco de crédito das contrapartes do Grupo;; pela elaboração dos relatórios de acompanhamento para a Diretoria e Conselho de Administração; pela busca da melhoria contínua do processo de gestão de riscos e pela disseminação da cultura de gestão de riscos no Grupo e suas controladas.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de risco aprovados; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a 1ª linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o Grupo.

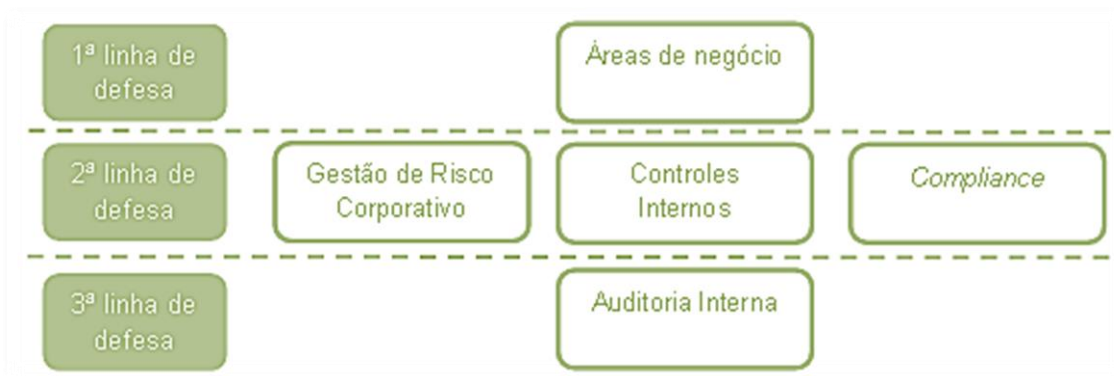
Adicionalmente, a gestão de risco é complementada pela estrutura organizacional de governança, riscos e controles do Grupo, que inclui:

- ii) as superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



Estas áreas, em conjunto com Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pelo Conselho de Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da política geral de gestão de riscos corporativos, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do Grupo Neoenergia e envolve, além das superintendências Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das Políticas de Riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Política de Gestão de Risco Corporativo da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2016 e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos nas empresas do grupo da Companhia.

A Política de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2017, define os princípios, diretrizes e limites para gestão de risco de mercado, com destaque para os riscos de taxa de câmbio, taxas de juros, liquidez e solvência, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A Política de Riscos Financeiros é complementada ainda pela Política de Risco de Crédito, aprovada em 14 de dezembro de 2016, estabelece a identificação e segmentação em grupos homogêneos por tipo de exposição creditícia dentro do Grupo, a aplicação de critérios corporativos de admissão de contrapartes e a atribuição de limites de riscos de acordo com critérios de qualidade creditícia.

Em relação a risco de mercado de energia, há ainda a Política de Risco de Mercado de Energia, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de junho de 2017, que define diretrizes para gestão de preços de energia (PLD).

Até a publicação deste Formulário de Referência todas as Políticas citadas tiveram suas revisões aprovadas pelo Conselho de Administração para 2019.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial principalmente:

- Risco de instabilidade cambial: o grupo possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e a exposição relativa à captação desses recursos é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial.
- Risco de inflação: Conforme mencionado no item 4.1, a elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar, em última instância, a elevação das tarifas de energia elétrica e o consequente aumento da inadimplência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Risco de variação nas taxas de juros: A Companhia busca manter o equilíbrio entre ativos e passivos indexados a taxas de juros, mantendo uma proteção natural entre seus empréstimos e financiamentos e suas aplicações financeiras.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos, que tem o propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial de valor superior a USD 400 mil devem ser protegidos por meio de operações de hedge;
- Avaliar o risco de toda dívida em moeda local emitida com taxas diferentes de CDI e TJLP e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2018, por não possuir exposição aos riscos de mercado.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As operações seguem periodicamente a governança da Companhia, sendo avaliadas e reportadas ao Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração, de acordo com a regra de alçadas.

Com o objetivo de verificar o enquadramento ou desenquadramento do risco de variação cambial e risco de taxas de juros e índices de preços, conforme mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, é realizado o monitoramento da razão entre o valor nominal da exposição pelo valor nominal do hedge de forma a se obter o índice próximo de 100%.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Por fim, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O grupo da Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (hedge). A Política de Riscos Financeiros proíbe a utilização de derivativos para fins especulativos, bem como a contratação de derivativos exóticos ou alavancados.

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta principalmente pelo Conselho de Administração, Comitê Financeiro, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

O Comitê Financeiro, integrado por representantes dos acionistas, tem como principais competências acompanhar a evolução dos indicadores e situação financeira da Companhia e suas controladas, avaliar as premissas do Plano Financeiro Anual, acompanhar as premissas e resultados da carteira de aplicação e de dívida, bem como avaliar e recomendar alternativas para otimização de gestão de recursos e todas as operações financeiras de competência do Conselho de Administração.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das empresas do Grupo, entre elas Afluente T, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e/ou o Conselho de Administração, após apreciação do Comitê Financeiro.

É responsabilidade da Superintendência Corporativa de Riscos definir as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Além disso, a gestão de riscos de mercado faz parte de toda a estrutura de gestão de riscos e controles descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que inclui responsabilidades bem definidas para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendência Corporativa de Riscos e Superintendência de Gestão de Risco, além da estrutura de linhas de defesa que conta a participação das áreas de negócio e corporativas e das áreas de Gestão de Risco, de Controles Internos, de Compliance e de Auditoria Interna.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O acompanhamento das estratégias de mitigação de risco de mercado é realizado periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro do Grupo Neoenergia, que avalia se as estratégias foram executadas conforme aprovado e se a aprovação ocorreu conforme previsto nos normativos.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controle Interno apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos do Grupo Neoenergia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

O grupo Neoenergia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta-se à Diretoria de Controladoria. Juntamente com três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna atua nas atividades relacionadas a estes temas correlatos.

O Grupo implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança e confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO (Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission). Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do Grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de governança corporativa.

Para a consecução desse objetivo, o auxílio e suporte aos gestores no grupo são realizados pela Superintendência de Controles Internos.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos dados. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam informações de elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação da Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramentas SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações e usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando as principais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos do Grupo tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação de controles sobre os relatórios financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos do Grupo sobre os relatórios financeiros destinam-se ao oferecimento de informações razoáveis com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Assim como qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros não poderá impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade dos números financeiros, o Grupo adota em seu modelo de controles as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Para os controles para confiabilidade dos números financeiros, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e testes de controles, visando à melhoria e a maior confiabilidade dos processos.

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e sendo atualizado de acordo com as principais mudanças ocorridas no Grupo ou novas práticas apontadas pelo mercado.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna do Grupo. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

da organização.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

No Grupo, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. O Conselho de Administração tem ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controle do Grupo validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

O Grupo possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controladoria e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração e (iii) Auditoria Interna, que também se reporta ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar falhas e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras; (ii) acompanhar a evolução do ambiente de controle do Grupo, monitorando a implantação e execução dos controles; (iii) promover semestralmente por parte da alta administração a certificação formal dos números contábeis divulgados ao mercado

Superintendência de Riscos: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização da matriz de riscos estratégicos, avaliando e recomendando ações mitigatórias; e (ii) elaborar as políticas de riscos.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade; (ii) avaliar as violações; (iii) elaborar e implementar normas de compliance; (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude no Grupo.

Superintendência de Auditoria Interna: (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento de falhas identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando as pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Estatutário de Controladoria e tem a função de supervisionar a implementação de controles sobre as informações financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos controles do Grupo. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor de Controladoria em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva através de relatório feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios, (iv) controles com evidências inadequadas

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, NÃO foi identificada deficiência classificada como significativa,

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento das Superintendências de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a). se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia cumpre o conjunto normativo que integra o Programa de Integridade da Neoenergia, que lhe é aplicável integralmente, e que lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade

O Grupo Neoenergia dispõe dos seguintes processos e iniciativas:

- Código de Ética;
- Código de Conduta para Fornecedores;
- Política Geral de Governança Corporativa
- Política Anticorrupção;
- Política de Prevenção de Delitos;
- Política de Recebimento e Entrega de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Política de Doações e Patrocínios;
- Políticas de riscos;
- Política de Compras
- Norma de Orientação do Uso, Controle e Segurança da Informação; ver a política
- Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- Canal de Denúncias anônimo e independente;
- Procedimentos de investigação ;
- Procedimento de Investigação de Relatos;
- Procedimento de Conflito de Interesses;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimentos/Desinvestimentos
- Canal de consultas éticas para colaboradores;
- Avaliação periódica de riscos de corrupção;
- Treinamento e comunicação para liderança e colaboradores;
- Cláusula anticorrupção.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A avaliação de riscos de integridade é efetuada periodicamente pela Superintendência de Compliance da Neoenergia. A Companhia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção, dentre outros, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento constante das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporcionam uma análise das situações e permitem a proposição e implementação de melhorias de processos e procedimentos. Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas com periodicidade anual, ou sempre que necessário de forma a esta em consonância com a dinâmica da Companhia, tornando-as mais efetivas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade a Companhia integra o Sistema de Compliance da Neoenergia, a qual dispõe de uma Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Auditoria, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração da Neoenergia, que tem como principais atribuições: Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade; (ii) Gerir o canal de denúncias; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos de integridade para os colaboradores da Companhia; (vii) efetuar due diligences para fornecedores e em projetos de investimento.

A Companhia, como integrante do Sistema de Compliance da Neoenergia, dispõe de outros órgãos ligados à controladora que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Superintendência de Compliance, quais sejam:

Uma Superintendência de Controles Internos, ligada à Diretoria de Planejamento e Controle da Neoenergia, responsável por: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar de controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e processos operacionais; (ii) desenhar os controles necessários identificados nos trabalhos de auditoria interna / externa, riscos e compliance; (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles; (iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Uma Superintendência de Gestão de Riscos, ligada à Diretoria de Finanças e Relações com os Investidores da Neoenergia, responsável por: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização da matriz de riscos estratégicos da Companhia, recomendando ações mitigatórias; e (ii) elaborar as políticas de riscos.

Uma Superintendência de Auditoria Interna, com independência de atuação e orçamentária, reportando-se ao Conselho de Administração da Neoenergia, por intermédio do Comitê de Auditoria, responsável por: (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes. Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

Por sua vez, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota o Código de Ética de sua controladora, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração. A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia foi aprovado no Conselho de Administração em 23 de abril de 2019 e divulgada na rede interna da Companhia e no seu website na página de Ética e Integridade.

.Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética da Neoenergia, aplicável à Companhia deve ser cumprido indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, seja diretor, conselheiro fiscal, conselheiro de administração ou empregado.

Também deve ser observado por fornecedores e prestadores de serviços nas suas disposições que não conflitem com os seus respectivos códigos. O Código de Ética da Neoenergia é encartado aos contratos, vinculando-os quanto ao dever de observância e cumprimento.

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

A Companhia oferece treinamentos periódicos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados à ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais e online, sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de Compliance (Código de Ética e legislação Anticorrupção) e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

A Companhia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. No item 4.9 da Norma de Medidas Disciplinares da Neoenergia também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e Políticas de Integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas estão definidas em legislação específica (CLT), no caso em questão vão desde advertência até demissão por justa causa, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia foi aprovado no Conselho de Administração em 23 de abril de 2019 e divulgada na rede interna da Companhia e no seu website na página de Ética e Integridade.

se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às Políticas de Integridade e à lei.

A. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Denúncias, uma vez gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e principalmente o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética prevê a política de não retaliação aos denunciante de boa-fé, monitorada pela Superintendência de Compliance da Neoenergia, conferindo mecanismos capazes de evitar e/ou remediar possíveis retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

B. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Superintendência de Compliance da Neoenergia é responsável pela apuração das denúncias em todas as empresas que compõem o Grupo, incluindo a Companhia, a qual em certas condições, pode contratar e gerir o trabalho de empresas especializadas.

C. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota o Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento da Neoenergia, o qual foi aprovado em dezembro de 2018 e Norma de Investimento e Desinvestimento, aprovada em abril 2018 com o objetivo de identificar vulnerabilidades em termos reputacionais, de corrupção, fraude e prática de delitos no âmbito de processos investimento e desinvestimento da Companhia, o que inclui fusões, aquisições e reestruturações societárias.

D. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido (Item 5.4 com redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017).

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as alterações nos principais riscos em que a Companhia está exposta foram inseridas nos itens anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 Outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Neoenergia obteve em 2016 e 2017 (com validade até 2018) o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, e, em 2018, obteve nota máxima (10,0) em transparência organizacional e programa anticorrupção entre as 100 maiores empresas e os 10 maiores bancos brasileiros, conforme documento “Transparência em relatórios corporativos”, editado pela Transparência Internacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação à receita líquida para os períodos/exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao ativo total e/ou passivo total, nas datas aplicáveis, quando da análise do balanço patrimonial.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as atividades da Companhia, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e operacionais descritas a seguir para avaliar nossos negócios.

Exercício findo em 31 de dezembro de (R\$ mil)

(Em milhares de R\$, exceto os índices)	2018	2017	2016
Lucro Líquido	22.616	12.517	14.288

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA ⁽¹⁾	22.903	12.666	16.399
Patrimônio líquido	195.754	44.935	76.206
Endividamento bruto ⁽²⁾	1.976	2.705	3.434
Endividamento líquido ⁽³⁾	(29.236)	(16.240)	(37.564)
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	31.212	18.945	40.998
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	-0,15	-0,34	-0,47
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	-1,28	-1,28	-2,29

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção “3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2018 lucro líquido de R\$ 22.616 mil, R\$ 10.099 mil superior ao registrado em 2017. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 1.976 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de R\$ 729 mil em relação a 31 de dezembro de 2017.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2017 lucro líquido de R\$ 12.517 mil, R\$ 1.771 mil inferior ao registrado em 2016. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 2.705 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de R\$ 729 mil em relação a 31 de dezembro de 2016.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2016 lucro líquido de R\$ 14.288 mil, R\$ 1.655 mil superior ao registrado em 2015. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 3.434 mil em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de R\$ 602 mil em relação a 31 de dezembro de 2015.

No ano de 2018 a Companhia apresentou, segundo sua Demonstração de Fluxo de Caixa indireta, uma geração de caixa das atividades operacionais de R\$ 24,3 milhões, contra uma geração de R\$ 20,4 milhões observado no ano de 2017 e R\$ 18,4 milhões de 2015. Ainda segundo as demonstrações, as atividades de investimento resultaram em um valor positivo de R\$ 14 mil em 2018, R\$ 43 milhões em 2017 e R\$ 1,7 milhões em 2016. Além dos fluxos de caixa operacionais, para realização das atividades de investimentos foram utilizados recursos de terceiros, tais como as captações de empréstimos. Os montantes de terceiros incorporados ao caixa líquido foram de R\$ 0,7 milhão em 2018, R\$ 0,7 milhão em 2017 e R\$ 0,6 milhão em 2016, referente à amortizações. Foi desembolsado em recursos aos acionistas o montante de R\$ 11,4 milhões em 2018, R\$ 13,8 milhões em 2017 e R\$ 19,5 milhões em 2016. Assim, o resultado líquido das atividades de financiamento fecharam os anos com saídas de caixa de R\$ 12,1 milhões em 2018, R\$ 44,5 milhões em 2017 e R\$ 20,1 milhões em 2016.

Índices de Liquidez	Exercício social findo em		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	19,71	21,59	17,39
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	19,71	21,59	17,39

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade da empresa para honrar as suas obrigações de curto prazo. A Companhia apresentou um aumento nos seus índices entre 2016 e 2017 e uma queda entre 2017 e 2018. A queda entre 2017 x 2018 deve-se a reclassificação do ativo contratual de curto para longo prazo. Já o aumento entre 2016 x 2017 é devido à redução do passivo circulante, especificamente a linha de fornecedores e encargos setoriais; Para a linha de fornecedores foi devido principalmente às maiores obras e quanto a parte de encargos foi devido principalmente a redução dos encargos com P&D.

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Afluente T tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Estrutura de Capital	Exercício social findo em					
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	6.446	5,07%	9.856	17,99%	11.410	13,02%
Capital Próprio	195.754	94,93%	44.935	82,01%	76.206	86,98%
Total	206.200	100,00%	54.791	100,00%	87.616	100,00%

Fonte:DFP

O capital de terceiros considera o passivo circulante somado ao passivo não circulante e o capital próprio leva em consideração o patrimônio líquido da Companhia.

NOTA: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido Consolidado

Em 31 de dezembro de 2018, a participação de terceiros representava 5,07% do passivo total da Companhia.

c. comentário sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política conservadora por meio da qual busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com sua geração de caixa. Mesmo assim, a Companhia não pode assegurar que eventos adversos não ocorrerão e não prejudicarão a capacidade de pagamentos da Companhia. Nos últimos anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Indicador	Exercício social findo em		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida Total	(29.236)	(16.240)	(37.564)
EBITDA	22.903	12.666	16.399
Dívida Líquida Total/ EBITDA	(1,28)	(1,28)	(2,29)

Fonte: DFP

O caixa apresentado pela Companhia é maior que a dívida, por isso, a Dívida líquida tem valor negativo, conforme item a.

Para o Grupo Neoenergia, apresentamos a tabela abaixo:

Valores em
R\$ mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicador	2018	2017	2016
Dívida Líquida	15.865.138	13.509.611	9.884.883
EBITDA	4.552.133	3.094.674	2.686.412
Dívida Líquida/EBITDA	3,49	4,37	3,68
Dívida Líquida/EBITDA (pro-forma) ¹	n.a.	3,69	n.a.

Fonte: DFP Neoenergia.

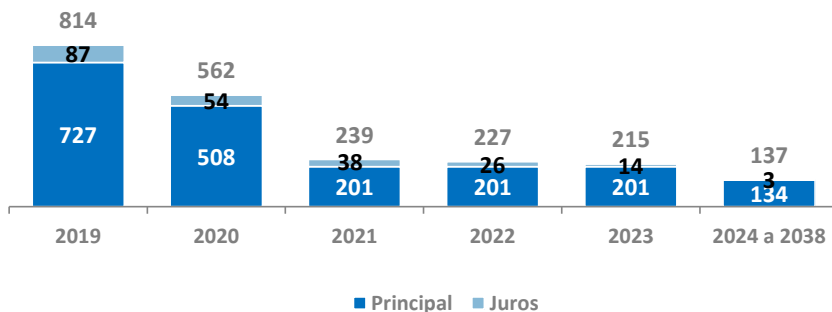
Nota1: Cálculo pró-forma que considera a inclusão do resultado dos últimos 12 meses da Elektro Holding (Companhia incorporada em 24 de agosto de 2017)

O gráfico a seguir apresenta o cronograma de vencimentos de principal da dívida da Afluente:

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2018 (em R\$ milhões):

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



A Afluente T não tem rating atrelado, pro isso apresentamos abaixo o rating do Grupo Neoenergia.

Em 11 de julho de 2018, a Standard & Poor's – S&P elevou os *ratings* de acordo com nova metodologia de crédito nas escalas nacional e regionais. Em razão dessa mudança, o *rating* da Neoenergia, em escala Nacional, saiu de brAA- para brAAA. A perspectiva dos *ratings* corporativos permaneceu estável.

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os *ratings* de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável, refletindo o *rating* soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia.

A Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

d. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A companhia tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP entre outros. Além dessas fontes, se aplicável e se necessário, a Companhia pode vir a acessar o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente de seu endividamento. Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.

e. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de casamento de fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Faz parte da política financeira da companhia buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercício social findo em					
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Passivo Circulante	2.656	25,43%	2.459	24,95%	3.960	34,71%
Passivo Não Circulante	7.790	74,57%	7.397	75,05%	7.450	65,29%
Total	10.446	100,00%	9.856	100,00%	11.410	100,00%

Fonte: DFP

As informações de dívida e índice de endividamento a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela acima.

Indicador	Exercício social findo em		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida Total	(29.236)	(16.240)	(37.564)
Dívida Líquida Total/ EBITDA	(1,28)	(1,28)	(2,29)

Em Dezembro de 2018, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.976 mil (dívida líquida negativa em R\$ 29.605 mil), apresentando uma redução de 27% (R\$ 729 mil) em relação a Dezembro de 2017. Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 63,0% da dívida contabilizada no longo prazo e 37,0% no curto prazo.

Em dezembro de 2017, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 2.705 mil, apresentando uma redução de 21% (R\$ 729 milhões) em relação a dezembro de 2016. Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 73% da dívida contabilizada no longo prazo e 27% no curto prazo.

Em dezembro de 2016, a dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 3.434 milhões, apresentando uma redução de 15% (R\$ 602 milhões) em relação a dezembro de 2015. Em relação a segregação do saldo devedor, a Afluente T possui 79% da dívida contabilizada no longo prazo e 21% no curto prazo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Credor	Moeda	Encargos Financeiros Anuais	Início	Vencimento	Saldo em 31/12/2018
BNDES	Real	4,5% a 6,0%	2010 - 2014	2020 - 2024	1.975,73

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento da Afluente apresentava as seguintes características:

A totalidade da dívida da Companhia é atrelada ao BNDES, via Banco do Brasil como branco repassador, e indexada à taxa Pré fixada.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todos os contratos relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza, cuja garantia é o aval da Neoenergia,. A descrição destas dívidas por natureza de garantia encontra-se conforme indicado no item 3.8.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe covenant definido nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor.

- Distribuição de dividendos:

A dívida do BNDES, destinada a financiamento de projetos, possui restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe qualquer restrição para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES e demais bancos de Fomento não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras forma auditadas pelas seguintes empresas: (i) 2018 e 2017 pela KPMG Auditores Independentes; (ii) 2016 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Comparação entre os saldos dos balanços encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A Administração apresenta os Balanços Patrimoniais de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre os itens mais relevantes:

BALANÇOS PATRIMONIAIS - R\$ Mil

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016		Variação 2018 x 2017		Variação 2017 x 2016	
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	31.212	15%	18.945	35%	51	0%	12.267	65%	18.894	37047%
Contas a receber de clientes	3.424	2%	3.647	7%	4.470	5%	(223)	-6%	(823)	-18%
Títulos e valores mobiliários	-	0%	-	0%	35.723	41%	-	0%	(35.723)	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	11	0%	233	0%	80	0%	(222)	-95%	153	191%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	0%	30.257	55%	28.553	33%	(30.257)	-100%	1.704	6%
Concessão do serviço público (ativo contratual)	17.704	9%	-	0%	-	0%	17.704	0%	-	0%
Outros ativos circulantes	-	0%	4	0%	4	0%	(4)	-100%	-	0%
Total do circulante	52.351	25%	53.086	97%	68.881	79%	(735)	-1%	(15.795)	-23%
Não circulante										
Títulos e valores mobiliários	-	0%	-	0%	5.224	6%	-	0%	(5.224)	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	278	0%	289	1%	289	0%	(11)	-4%	-	0%
Depósitos judiciais	701	0%	141	0%	173	0%	560	397%	(32)	-18%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	-	0%	1.275	2%	13.049	15%	(1.275)	-100%	(11.774)	-90%
Concessão do serviço público (ativo contratual)	152.868	74%	-	0%	-	0%	152.868	0%	-	0%
Outros ativos não circulantes	2	0%	-	0%	-	0%	2	0%	-	0%
Total do não circulante	153.849	75%	1.705	3%	18.735	21%	152.144	8923%	(17.030)	-91%
Ativo total	206.200	100%	54.791	100%	87.616	100%	151.409	276%	(32.825)	-37%

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superavitário, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida (amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía um pequeno volume em cotas de fundos de investimentos de Fundos abertos, onde estes estão na carteira própria da companhia que são classificados como títulos e valores mobiliários.

A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e à recebíveis pela construção e operação de linhas de transmissão classificados como ativos financeiros por serem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro, nas distribuidoras é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes. Nas Transmissoras, essa parcela é remunerada pelo juro efetivo do projeto, auferido através do método de taxa interna de retorno e mensurado através do custo amortizado.

Em 2017 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou R\$ 0,5 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, R\$ 3,7 milhões menor que no exercício anterior. Tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. A TIR anual em 2017 foi de 3,45%, 0,84 p.p menor em relação a 2016, reduzindo a atualização de juros do Ativo Financeiro.

Em 2016, a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária concluiu os investimentos no Ativo Imobilizado relativos ao projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação, sendo R\$ 0,4 milhão menor que no exercício anterior.

Em 2018 houve alteração da classificação do ativo da concessão, zerando a linha de ativo financeiro e surgindo o ativo contratual.

Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Afluente T regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma.

Passivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016		Variação 2018 x 2017		Variação 2017 x 2016		
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Fornecedores	893	0%	629	1%	1.559	2%	264	42%	(930)	-60%	
Empréstimos e financiamentos	731	0%	733	1%	735	1%	(2)	0%	(2)	0%	
Encargos setoriais	39	0%	138	0%	508	1%	(99)	-72%	(370)	-73%	
Impostos e contribuições a recolher	766	0%	764	1%	792	1%	2	0%	(28)	-4%	
Dividendos e juros sobre capital próprio	118	0%	106	0%	92	0%	12	11%	14	15%	
Outros passivos circulantes	109	0%	89	0%	274	0%	20	22%	(185)	-68%	
Total do circulante	2.656	1%	2.459	4%	3.960	5%	197	8%	(1.501)	-38%	
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	1.245	1%	1.972	4%	2.699	3%	(727)	-37%	(727)	-27%	
Encargos setoriais	516	0%	352	1%	178	0%	164	47%	174	98%	
Impostos e contribuições sociais diferidos	5.253	3%	4.407	8%	3.994	5%	846	19%	413	10%	
Provisões	689	0%	635	1%	553	1%	54	9%	82	15%	
Outros passivos não circulantes	87	0%	31	0%	26	0%	56	181%	5	19%	
Total do não circulante	7.790	4%	7.397	14%	7.450	9%	393	5%	(53)	-1%	
Patrimônio líquido											
Capital social	33.085	16%	33.085	60%	63.085	72%	-	0%	-	30.000	-48%
Reservas de lucro	162.669	79%	7.047	13%	13.121	15%	155.622	2208%	-	6.074	-46%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	0%	4.803	9%	-	0%	(4.803)	-100%	4.803	0%	
Total patrimônio líquido	195.754	95%	44.935	82%	76.206	87%	150.819	336%	-31.271	-41%	
Passivo e patrimônio líquido total	206.200	100%	54.791	100%	87.616	100%	151.409	276%	(32.825)	-37%	

Fornecedores

Aumento de R\$ 0,3 milhão comparado com o mesmo período do exercício anterior. A Companhia mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 361 mil de valores em aberto com a Neoenergia O&M. Em 2017, possuía R\$ 10 mil de valores em aberto, devido pagamentos dentro do período. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía R\$ 390 mil em aberto com a Neoenergia O&M.

Taxas Regulamentares

Variação referente à transferência de saldo do curto para o longo prazo, em decorrência das estimativas de realização dos gastos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) no longo prazo.

Impostos e contribuições a recuperar

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro e ativo contratual), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo da concessão da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

Provisões

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de caros e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,2 milhões, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1,6 milhão e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2018, a dívida líquida consolidada de Afluente T foi R\$ 2,0 milhões.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo em 31 de dezembro de 2016	92
Declarados	13.788
Pagos no exercício	(13.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	106
Declarados	11.388
Pagos no exercício	(11.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	118

A variação ocorrida entre os anos de 2016, 2017 e 2018 deve-se ao pagamento de dividendos para minoritários.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

	2018		2017		2016		Variação 2018 x 2017		Variação 2017 x 2016	
	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	%	R\$ mil	%
RECEITA BRUTA	36.584		26.516		35.792		10.068	38%	(9.276)	-26%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(2.900)		(3.004)		(4.439)		104	-3%	1.435	-32%
Receita líquida	33.684	100%	23.512	100%	31.353	100%	10.172	43%	(7.841)	-25%
Custo do serviço	(10.028)	-30%	(10.291)	-44%	(14.175)	-45%	263	-3%	3.884	-27%
Lucro bruto	23.656	70%	13.221	56%	17.178	55%	10.435	79%	(3.957)	-23%
Despesas com vendas	(74)	0%	-	0%	-	0%	(74)	-	-	-
Outras Receitas/Despesas Gerais e Administrativas	(679)	-2%	(555)	-2%	(779)	-2%	(124)	22%	224	-29%
Lucro operacional	22.903	68%	12.666	54%	16.399	52%	10.237	81%	(3.733)	-23%
Resultado financeiro	1.402	4%	2.278	10%	4.838	15%	(876)	-38%	(2.560)	-53%
Receitas financeiras	1.632	5%	2.629	11%	5.454	17%	(997)	-38%	(2.825)	-52%
Despesas financeiras	(230)	-1%	(351)	-1%	(616)	-2%	121	-34%	265	-43%
Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	24.305	72%	14.944	64%	21.237	68%	9.361	63%	(6.293)	-30%
Imposto de renda e contribuição social	(1.689)	-5%	(2.427)	-10%	(6.949)	-22%	738	-30%	4.522	-65%
Corrente	(1.735)	-5%	(2.014)	-9%	(2.955)	-9%	279	-14%	941	-32%
Diferido	46	0%	(413)	-2%	(3.994)	-13%	459	-111%	3.581	-90%
Lucro líquido do exercício	22.616	67%	12.517	53%	14.288	46%	10.099	81%	(1.771)	-12%

A variação do lucro líquido entre 2017 e 2018 no montante de R\$ 10 milhões é devido, principalmente, a variação no saldo do grupo de Receita, devido às alterações do CPC47/IFRIC15.

Receita:

No exercício de 2018 as principais alterações na receita foram na segregação da receita de CCT, representando R\$ 6 milhões, no aumento da receita de operação de manutenção devido adição de margem, representando 2 milhões e aumento da remuneração do ativo contratual, reflexo do aumento do saldo do ativo, também representado 2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2017 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelas seguintes linhas: Remuneração do ativo financeiro e da Receita de operação e manutenção. A Remuneração do ativo financeiro corresponde à aplicação da taxa interna de retorno do projeto (TIR) sobre a base de recebíveis de transmissão, ou seja, é a Receita de remuneração sobre recebíveis. E a Receita de operação e manutenção é proveniente dos contratos de conexão ao sistema de transmissão e uso de rede, ou seja, corresponde à Receita pela disponibilidade da rede elétrica (operação e manutenção da rede) subtraída pela Reversão da RAP (receita anual permitida). Conforme decorre o prazo de concessão o saldo de recebíveis tende a se reduzir, como pode ser verificado através da redução de R\$6.223mil (-29,10%) da Remuneração do ativo financeiro, em linha com o processo de desinvestimento observável através da redução de R\$4.712mil (-90,20%) da Receita de construção da infraestrutura da concessão.

No exercício de 2016 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) aumento de receitas financeiras sobre aplicações devido a uma maior quantidade de recursos aplicados; (ii) aumento das despesas financeiras de atualização de contingências de R\$ 0,2 milhão devido à contabilização do processo na Afluente T visto que estavam contabilizados na Afluente G indevidamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

A Afluente T não possui empresas controladas ou coligadas. Desta forma, as informações financeiras apresentadas não são consideradas consolidadas, uma vez que representam apenas o desempenho da Afluente T.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2018

A Receita Bruta de Afluente T encerrou o ano de 2018 com um aumento de R\$ 10.068 mil ou 37,97% em comparação ao ano de 2017. Tivemos variação positiva de R\$ 1.912 mil, da remuneração do ativo contratual, saindo de R\$ 15.163 mil em 2017, para R\$ 17.075 mil no encerramento de 2018, reflexo da atualização monetária e ajuste nas premissas de rentabilidade do ativo da concessão.

Também observamos um aumento na linha de receita de operação e manutenção, consequência da alteração de critérios contábeis suportada pelo CPC47/IFRS15, que a partir de 2018 passa a mensurar os ativos da concessão como ativos contratuais e a reconhecer uma margem de operação e manutenção de 25% sobre o custo de O&M projetado, que representou um acréscimo de R\$3.605 mil, nessa linha.

Para análise de receita e custo de construção, como a Afluente T já está operando, todos os investimentos feitos nela foram considerados como custos gerenciáveis.

Na linha de outras receitas, aumento de R\$ 6.945 mil, devido aos Contratos de Compartilhamento – CCTs, que previamente eram apresentados dentro da receita pela disponibilidade da rede elétrica.

As Deduções da Receita Bruta encerraram o ano de 2018 com queda de R\$ 104 mil ou 3,46% comparativamente ao encerramento de 2017, majoritariamente em virtude da redução de encargos setoriais. O incremento na linha de impostos registrou aumento de 5,31% (R\$ 71 mil), para o ano de 2018, devido ao maior volume de impostos incidentes sobre a receita, que teve aumento de 37,97%. Adicionalmente, houve queda de 10,49% em encargos setoriais (R\$ 175 mil).

A Afluente T encerrou o ano de 2018 com Receita Operacional Líquida de R\$ 33.684 mil, aumento de 43,26% em relação ao ano anterior.

2017

A Receita Bruta de Afluente T sofreu uma redução de R\$9.276mil (queda de 25,92%) em comparação ao mesmo período de 2016. Considerando os efeitos da Receita de Construção anulados pelo Custo de Construção, houve uma variação negativa na receita de R\$ 4.564mil (-14,93%) advinda, principalmente, da Remuneração do ativo financeiro e da Receita de operação e manutenção.

A Remuneração do ativo financeiro corresponde à aplicação da taxa interna de retorno do projeto (TIR) sobre a base de transmissão.. E a Receita de operação e manutenção é proveniente dos contratos de conexão ao sistema de transmissão e uso de rede, ou seja, corresponde à Receita pela disponibilidade da rede elétrica (operação e manutenção da rede) subtraída pela Reversão da RAP (receita anual permitida). Conforme decorre o prazo de concessão o saldo da remuneração do ativo tende a se reduzir, como pode ser verificado através da redução de R\$6.223mil (- 29,10%) da Remuneração do ativo financeiro, em linha com o processo de desinvestimento observável através da redução de R\$4.712mil (-90,20%) da Receita de construção da infraestrutura da concessão. Quanto à Receita de operação e manutenção, esta é fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da RAP (preço regulado, tarifa) que é atualizada monetariamente pelo IGP-M. Com a queda da inflação no decorrer do ano, a Reversão da RAP foi menor, e obteve-se uma receita 17,17% maior (crescimento de R\$1.571mil).

2016

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Afluente T apresentou no ano de 2016 uma Receita Bruta de R\$ 35.792 mil, um aumento de 10.20% quando comparado ao mesmo período de 2015, que foi de R\$ 32.479 mil. Excluindo-se os efeitos da Receita de Construção, que são anulados na linha de Custo de Construção, a variação corresponde, especificamente, a efeitos oriundos da Receita de Concessão, que corresponde à aplicação da taxa de retorno do projeto (TIR) sobre a base, além da remuneração pela operação e manutenção da rede. Conforme decorre o prazo de concessão o saldo da remuneração do ativo tende a se reduzir, porém esse efeito foi compensado pelo reajuste anual da RAP (Receita Anual Permitida). A combinação desses dois fatores acarretou um aumento de R\$ 4.687 mil.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2018

Os Custos e Despesas no encerramento do ano de 2018 foram inferiores em R\$ 65 mil (0,60%) quando comparado ao ano anterior. Os maiores impactos estão nas linhas de material e serviço de terceiros. Na linha de serviços de Terceiros, houve uma redução no contrato de O&M, e uma redução da linha de material, que são devidas à redução de material de reparo vinculado ao contrato de O&M.

Os itens de investimento que eram considerados como custos de construção até o ano passado, passaram a compor os custos operacionais, apresentando um aumento no custo operacional de 2018. Para linha de outros, evidenciamos um aumento de R\$ 212 mil, devido a reformas e melhorias com compra de equipamentos, além de aumento em aluguel e arrendamentos pelo reajuste anual conforme contrato.

2017

Os Custos e Despesas no ano de 2017 foram reduzidos em R\$3.974mil (queda de 26,57%) quando comparado ao ano anterior.

Contudo, como os efeitos do Custo de Construção não interferem no resultado final da Companhia, visto que se anulam com a Receita de Construção, de fato podemos observar um acréscimo nos Custos e Despesas no valor de R\$737mil (7,57%) frente 2016. Deste, os principais impactos no período são oriundos do:

- a) Acréscimo de R\$70mil (aumento de 69,31%) nos custos com material de 2016 para 2017, advindos principalmente materiais de reposição, operação e manutenção e equipamentos, como aquisição de isoladores.
- b) Aumento de R\$616mil (7,20%) dos custos e despesas de serviços de terceiros de 2016 para 2017, provenientes principalmente de despesas de operação e manutenção e contrato de vigilância em subestações e usinas, que tiveram valores complementares pagos este ano.
- c) Aumento de R\$352mil (148,52%) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Provisão constituída em 2017 em decorrência da existência de títulos vencidos a mais de 360 dias não registrados na base de PCLD, em contraposição à reversão ocorrida em 2016 devido ao recebimento de títulos que constavam na base de provisão.
- d) Economia de R\$434mil (87,85%) em provisões líquidas para contingências, decorrente da baixa de depósito judicial em processo e de natureza trabalhista.
- e) Crescimento de outros custos e despesas num montante de R\$150mil (22,42%), composto principalmente por seguros.

2016

Os Custos e Despesas Operacionais no ano de 2016 sofreram uma redução de R\$ 1.1243 mil em relação ao ano de 2015. Quando desconsiderados os efeitos do Custo de Construção que foram negativos de R\$ 1.382 mil, pois esses não

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

interferem no resultado final da Companhia, o montante da variação fica em R\$ 139 mil de aumento em 2016, quando comparado ao ano de 2015. Os principais impactos nos Custos e Despesas da Companhia no período foram:

(a) A redução de R\$ 270 mil nas despesas com material no ano de 2016, quando comparado ao mesmo período de 2015. No ano de 2015, houve demanda extra para troca e substituição de equipamentos, além dos gastos com peças utilizadas nas substituições.

(b) O aumento de custo com serviços de terceiros de R\$ 43 mil quando comparados os anos de 2015 e 2016, foi em função, principalmente, dos reajustes anuais dos contratos de serviços de operação e manutenção de caráter preventivo ou corretivo para troca e substituição de equipamentos, em consequência da entrada em operação comercial dos projetos da LT Tomba/Governador Mangabeira e SE Brumado II;

(c) O aumento de R\$ 359 mil em outros custos e despesas devido ao aumento de provisão para contingência, no valor de R\$ 494 mil.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Afluente T decorre em sua totalidade das atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

A Afluente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto nas áreas rurais, quanto nos grandes centros urbanos.

Com potência instalada de 600 MVA, e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Transmissão - Em operação	Localização	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão		
AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)					
Linhas de Transmissão					
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1	Transmissão	87,80%	BA	13/09/2009	08/08/2027
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1				13/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2				02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2				19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1				24/11/2009	
LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1				18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1				31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2				31/12/1990	
LT 138 KV Funil - Poções C-1				01/05/1993	
Subestações Rede Básica					
Tomba	Transmissão	87,80%	BA	31/12/1990	08/08/2027
Brumado II - 230/69kV				11/12/2002	
Itagibá				13/09/2009	

Em 2018, a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,72%, bem em linha com o desempenho realizado nos 4 últimos anos. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. A partir deste tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2408, de junho de 2018, é de R\$ 39.698 mil para o período 2018/2019. De acordo com a Resolução Homologatória nº 2258, de junho de 2017, a RAP para o período 2017/2018 é de R\$ 38.011 mil para o período 2017/2018. De acordo com a Resolução Homologatória nº 2098, de junho de 2016, a RAP para o período de 2016/2017 é de R\$ 37.423 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conjuntura Macroeconômica Brasileira

Todas as operações da Companhia são afetadas pela conjuntura macroeconômica brasileira. Em particular, a *performance* da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica, e a inflação impacta nos custos e margens da Companhia.

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro é influenciado pelas variações dos indexadores dos instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia, principalmente as taxas de juros (CDI e TJLP) e a inflação (IGP-M e IPCA).

2018

O resultado financeiro líquido da Afluente T encerrou o ano de 2018 com um resultado financeiro positivo, uma receita de R\$ 1.402 mil, redução de 38,45% quando comparado ao ano de 2017 (equivalente a R\$ 876 mil).

Para as linhas de Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos não houve variação significativa.

Para a linha de Receita de Aplicações Financeiras o resultado negativo comparado ao ano de 2017, de R\$ 995 mil foi devido: a redução de 3,67 pontos percentuais no CDI acumulado no ano, com efeito negativo na rentabilidade de R\$ 1.071 mil. Em contrapartida, houve o maior volume das disponibilidades, contribuiu positivamente em R\$ 76 mil.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2018	2017	Δ	%
CDI	6,26%	9,93%	-3,67%	-36,96%
TJLP	6,72%	7,12%	-0,40%	-5,62%
USD	3,8748	3,3080	0,57	17,13%
IPCA	3,75%	2,95%	0,80%	27,12%

2017

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2017 em R\$2.278mil. Contudo, quando comparado a 2016, observa-se uma queda de 52,91% frente os R\$4.838mil daquele ano. O principal fator para essa redução deve-se ao menor rendimento das aplicações financeiras, visto a redução da taxa de referência (CDI) de 14,00%a.a. em 2016 para 9,93%a.a. em 2017, equivalente a menos uma redução de 4,07 p.p

2016

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia apresentou um resultado positivo de R\$ 4.838 mil em 2016, representando um aumento de R\$ 660 mil, quando comparado ao mesmo período de 2015, quando foi de R\$ 4.178 mil, que equivale a um aumento de 15,80%. O principal fator para a variação do Resultado Financeiro deve-se ao melhor rendimento das

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aplicações financeiras em função do aumento da taxa referência (CDI), representando 14,00% acumulado no ano de 2016, equivalente a elevação de 0,76 ponto percentual em comparação ao ano anterior, onde foi de 13,24%..

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício findo em 2018, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia") efetuou a adoção das novas práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), cuja vigência se iniciou no exercício a partir de 1 de janeiro de 2018. Estas práticas contábeis foram o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, equivalentes às normas internacionais IFRS 15 – *Revenue from Contract with Customers* e IFRS 9 – *Financial Instruments*, respectivamente, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A adoção do CPC 47 foi efetuada usando o método de efeito cumulativo, o que implica na aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018 sem o ajuste das mesmas transações para o exercício comparativo apresentado nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo o impacto relativo a exercícios anteriores ajustados à conta de lucros acumulados no patrimônio líquido.

Os impactos promovidos pela adoção do CPC 47 foram conforme descrito a seguir:

Receitas de uso da rede de transmissão

O CPC 47 requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação associado ao cumprimento de outras duas obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

As receitas com a infraestrutura de transmissão passaram a ser mensuradas conforme descrito a seguir:

- 1) O reconhecimento de receita de construção passou a ter por base a parcela da Receita Anual Permitida ("RAP") destinada ao investimento no ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Para estimar a receita de construção, a Companhia se utilizou de um modelo que apura o custo de financiar o cliente (poder concedente), no qual a taxa de juros para o cálculo do valor presente líquido das margens de construção e operação é apurada no momento inicial do projeto, de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, não havendo alterações posteriores.
- 2) O reconhecimento da receita de operação e manutenção passou a decorrer dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- 3) O reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual passou a ser reconhecido, registrando-se também uma receita de remuneração financeira, utilizando-se a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A adoção do CPC 48 também foi efetuada usando o método de efeito cumulativo, em outras palavras, a mesma isenção utilizada consistentemente com a adoção inicial do CPC 47.

Os novos requerimentos de classificação previstos no CPC 48 não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros, bem como dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Com o propósito de avaliar a redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e ativos contratuais, o CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção dos investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeisImpactos da adoção inicial do CPC 47

	Saldo apresentado em 2018	Ajustes CPC 47	Saldos sem adoção do CPC 47
Receita líquida	33.684	(4.450)	29.234
Custo do serviço	(10.028)	(455)	(10.483)
Outros	649	-	649
Imposto de renda e contribuição social	(1.689)	(755)	(2.444)
Lucro líquido do exercício	22.616	(5.660)	16.956
			Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018
Em R\$ mil			
Lucros acumulados			
Ativo contratual			140.532
Imposto de renda e contribuição social			(892)
Impacto em 1º de janeiro de 2018			139.640

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Balanco Patrimonial	2018	Reclassificações	2018
	(Apresentado)		(Sem impacto CPC 47)
Ativo Circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	23.860	23.860
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	17.704	(17.704)	-
Demais ativos circulantes não impactados	34.647	-	34.647
Total do Ativo Circulante	52.351	6.156	58.507
Ativo Não Circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	1.275	1.275
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	158.868	(158.868)	-
Demais ativos não circulantes não impactados	981	-	981
Total do Ativo Não Circulante	153.849	(151.594)	2.256
Total do Ativo	206.200	(145.437)	60.763
Passivo Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.253	(138)	5.115
Demais passivos circulantes não impactados	2.537	-	2.537
Total do Passivo Não Circulante	7.790	(138)	7.652
Patrimônio Líquido			
Reservas de lucros	162.669	(161.305)	17.370
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	33.085	-	33.085
Total do patrimônio líquido	195.754	(180.865)	50.455
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	206.200	(145.437)	60.763

Impactos da adoção inicial do CPC 48

Abaixo seguem impactos do *impairment* adicional em lucros acumulados:

Em R\$ mil	Impairment adicional
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	3.647
Impacto em 1º de janeiro de 2018	(48)

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, datado de 14 de fevereiro de 2019, emitido pela KPMG Auditores Independentes, não contém ressalvas e ênfases.

Nos períodos em análise (2017 e 2016), não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na preparação das demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), ao aplicar as políticas contábeis significativas, a Administração deve usar de julgamento e elaborar estimativas para os valores contábeis de ativos e passivos, que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e pressupostos associados se baseiam na experiência histórica e outros fatores relevantes. Portanto, os resultados futuros podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. A administração concluiu que os julgamentos e estimativas mais significativos considerados durante a preparação das demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

Critério de apuração e remuneração do ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia, regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica.

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo mensurada ao custo amortizado. As receitas de construção e operação eram reconhecidas com margem zero, e a remuneração da infraestrutura de concessão era registrada com base na TIR de cada projeto mais variação do IPCA.

Como resultado da adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a partir 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a registrar o ativo da concessão como um ativo de contrato e não mais como um ativo financeiro, tendo em vista as definições previstas nos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O pronunciamento técnico CPC 47 define ativo de contrato como o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, enquanto que o pronunciamento técnico CPC 48 define ativo financeiro como um direito incondicional de receber caixa.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) A receita de construção passou a ser reconhecida tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Para estimar a receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (poder concedente), sendo a taxa de juros para o cálculo do valor presente líquido da margem de construção e de operação definidas no momento inicial do projeto, não sofrendo alterações posteriores. A taxa de juros é apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e o prazo de financiamento.

(ii) A receita de operação e manutenção resulta dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance previstas nos contratos de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) A receita de remuneração sobre o ativo contratual registra uma receita financeira, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Desta forma, o critério de apuração e atualização do ativo da referida concessão é influenciado por estimativas significativas.

Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") é reconhecida em valor para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da PPECLD, cuja metodologia tem como premissa de provisionamento ser baseada na análise do risco de crédito dos clientes, considerando o histórico do comportamento de pagamento dos clientes e a experiência histórica de perdas efetivas.

Mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem o uso de dados que são (ou não) baseados em dados observáveis de mercado para estimar os valores justos de certos tipos de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são apropriadas para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

As reclamações contra a Companhia são reconhecidas como passivo e/ou são divulgadas em notas explicativas, a menos que a probabilidade de perda seja considerada remota. A provisão é reconhecida quando a perda é provável e o valor pode ser estimado com segurança. As reclamações serão liquidadas quando ocorrer um ou mais eventos futuros. Normalmente, a ocorrência de tais eventos não está dentro do controle da Companhia e, portanto, a avaliação desses passivos está sujeita a graus variados de incerteza jurídica e interpretação, e requerem estimativas e julgamentos significativos a serem feitos pela Administração, que incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Podem existir certas condições na data da emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que podem resultar numa perda para a Companhia, mas que somente será resolvido quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A administração da Companhia e seus assessores jurídicos avaliam tais passivos contingentes, e tal avaliação inerentemente envolve um exercício de julgamento. Na avaliação de contingências passivas relacionadas a processos judiciais pendentes contra a Companhia ou a reivindicações não reclamadas que possam resultar em tais processos, os assessores jurídicos da Companhia avaliam os méritos percebidos de qualquer processo judicial ou reivindicações não declaradas, bem como os méritos percebidos no valor da reparação pretendida ou esperada.

Se a avaliação de uma contingência indicar que é provável que uma perda significativa tenha sido incorrida e o valor do passivo possa ser estimado, o passivo estimado é provisionado. Se a avaliação indicar que uma contingência de perda potencialmente relevante não é provável, mas é razoavelmente possível, então a natureza do passivo contingente é divulgada.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

A Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens relevantes, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

ii. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis..

iii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houveram transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

iv. Comentários sobre contratos de construção não terminada

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

v. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houveram transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não Aplicável. A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

b. natureza e o propósito da operação; e

Não Aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não Aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

2018

No ano de 2018, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 1,38 Milhão, A variação entre o volume investido em 2017 para 2018 está majoritariamente ligada a necessidade em substituir equipamentos em final de vida útil, conforme discriminado abaixo:

- I. R\$ 646,2 mil referente à aquisição de 3 disjuntores de 230kV para a SE Tomba;
- II. R\$ 122,5 mil com a substituição do banco de baterias da SE FORD;
- III. R\$ 249,3 mil com a substituição de 3 Transformadores de Potencial Capacitivo e 6 Transformadores de Corrente;
- IV. R\$ 126,8 mil com a compra de equipamentos sobressalentes;
- V. R\$ 154,4 mil com P&D;
- VI. R\$ 80,8 mil com equipamentos de teste.

Investimentos	2018	2017
Investimento total (R\$ MM)	1,38	0,5

2017

No ano de 2017, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 498,8 mil, conforme abaixo:

- I. R\$ 190 mil referente à aquisição de 1 disjuntor de 230kV para a SE Tomba;
- II. R\$ 137 mil com a substituição do banco de baterias da SE Polo;
- III. R\$ 25 mil para aquisição de 3 para-raios de 230kV para a SE FUNIL;
- IV. R\$ 49,8 mil com aquisição de equipamentos de teste;
- V. R\$ 97 mil com aquisição de equipamentos sobressalentes.

2016

No ano de 2016, a Afluente T realizou investimento no montante de R\$ 5.227 mil, conforme abaixo:

- I. R\$ 1.227 mil referente a aquisição de 4 disjuntores de 230kV para as SE's Tomba, Brumado II, Funil e Itagibá;
- II. R\$ 87,5 mil com a substituição do banco de baterias da SE Funil;
- III. R\$ 3.088 mil para Reconstrução da LT Brumado-Itagibá;
- IV. R\$ 48,5 mil com aquisição de equipamentos de teste
- V. R\$ 320,1 mil para implantação do circuito para separar a LT 230 kV Tomba/ Governador Mangabeira C2 do circuito da LT 230 kV Camaçari II/ Governador Mangabeira, da Resolução Autorizativa 2.920.
- VI. R\$ 229 mil referente a Alteração do barramento da SE Brumado II, da Resolução Autorizativa 4.347.
- VII. R\$ 226,9 mil com sobressalentes e demais itens

Sobre os investimentos previstos, em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2018, a divulgação de projeções e estimativas pelo emissor é facultativa nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2018 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável. Não existem desinvestimentos em andamento e sobre previstos, a divulgação de projeções e estimativas pelo emissor é facultativa nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, pois não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, determina que as concessionárias do setor de energia elétrica, onde atua o Grupo Neoenergia, devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida para investir em Pesquisa e Desenvolvimento e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Por sua vez, as empresas de Geração (o Grupo possui 06 empresas com obrigação de investimento em P&D: Baguari I, Geração CIII, Itapebi, Termope, além dos consórcios Águas da Pedra e Teles Pires) e Transmissão (o grupo possui 03 empresas com obrigação de investimento em P&D: Afluente T, Narandiba e Potiguar Sul), são obrigadas a aplicar 1% de sua receita apenas em P&D. Tudo isso sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Grupo Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas no Manual de P&D. O Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica foi aprovado pela Resolução Normativa (REN) da Aneel nº219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e pela REN nº 754 de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em umas das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T teve 01 projeto de P&D em andamento no período de 2016 a 2018, listado abaixo, referindo-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

- PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Afluente T (proponente), Coelba, Cosern, e Consórcio

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Energética Águas da Pedra – EAPSA, e tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento de responsabilidade entre a rede e uma unidade de geração convencional ou não, e, vice-versa. Determinação das parcelas de responsabilidades harmônicas entre as partes envolvidas.

O projeto PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas encontra-se em andamento, tendo sido iniciado em 2016.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2016, R\$ 55.815,21;
- Em 2017, R\$ 348.717,37;
- Em 2018, R\$ 179.769,51.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2016 a 2018, a empresa Afluente T não desenvolveu projetos de P&D nestas fases da cadeia de inovação.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2016 a 2018, a empresa Afluente T não realizou desembolsos para a execução de projetos de P&D em fase de cabeça de série, lote pioneiro ou inserção de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável. Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.